



Número: **0800209-34.2019.8.20.5143**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de Marcelino Vieira**

Última distribuição : **20/03/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ALCIDES ALVES DE PAIVA (AUTOR)		JAERCIO DE SENA FABRICIO (ADVOGADO) IVO LUCAS MOREIRA PEREIRA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
40912 800	20/03/2019 17:39	Petição Inicial	Petição Inicial
40912 826	20/03/2019 17:39	AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - ALCIDES ALVES DE PAIVA	Outros documentos
40912 833	20/03/2019 17:39	PROCURAÇÃO	Procuração
40912 845	20/03/2019 17:39	HIPOSSUFICIENCIA	Outros documentos
40912 870	20/03/2019 17:39	COMPROVANTE ATUALIZADO	Outros documentos
40912 878	20/03/2019 17:39	DECLARAÇÃO DE RESIDENCIA	Outros documentos
40912 904	20/03/2019 17:39	DOC. PESSOAL	Documento de Comprovação
40912 908	20/03/2019 17:39	PEDIDO DO DPVAT DOC 05	Documento de Comprovação
40912 931	20/03/2019 17:39	BOLETIM DE OCORRENCIA - DOC 06	Documento de Comprovação
40912 939	20/03/2019 17:39	CORREIOS DOC 07	Documento de Comprovação
40912 947	20/03/2019 17:39	LAUDO DOS HOSPITAIS DOC 08	Documento de Comprovação
40912 954	20/03/2019 17:39	RECEITAS E EXAMES DOC 09	Documento de Comprovação
41124 911	26/03/2019 13:49	Despacho	Despacho

**EXCELENTÍSSIMO DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE MARCELINO VIEIRA,
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, A QUEM ESTA COUBER POR DISTRIBUIÇÃO
LEGAL.**

ALCIDES ALVES DE PAIVA, brasileiro, solteiro, agricultor, data de nascimento: 20/10/1981, portador do RG sob o nº 1.363.832 e do CPF sob o nº: 708.771.401-54, filho de Luiza Maria de Paiva, residente e domiciliado na rua Vereador Jose Lopes do Rego, 07, Centro, Marcelino Vieira/RN, CEP: 59.970-000, informa que não possui e-mail, mas irá providenciar, vem através do seus procurados, devidamente habilitados, com Instrumento Procuratório em apenso, vem mui respeitosamente a presença de Vossa Excelência interpor:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT

em desfavor de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, inscrita no **CNPJ Nº.09.248.608/0001-04**, companhia de seguros participante do Consorcio de Seguradoras que

operam o seguro de danos pessoais causados por veículo de via terrestre, **localizada à Avenida Senador Dantas, nº 74 – 15º Andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP Nº 20.031-205, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:**

I- PRELIMINARES:

Requer o benefício da Justiça Gratuita por ser pessoa pobre na forma da lei onde faz juntada de documentos que comprovam a **impossibilidade de arcar, sem o seu prejuízo ou de sua família com as custas e despesas do processo onde deverá ser apreciado por este Nobre Julgador.**

Sob minha responsabilidade pessoal, esta causídica, **DECLARA** para os devidos fins e junto a esta vara, serem autênticos e verdadeiros todos os documentos e cópias juntados a inicial do requerente e que os mesmos estão em conformidade com os originais, para fins do art. 425, IV do CPC.

II- DOS FATOS:

No dia 29/07/2018 as 8:36 h, o autor se envolveu em um acidente automobilístico, conforme Boletim de Ocorrência nº 1883/2018 anexo (Doc.06).

Diante disso, precisou ser socorrido para uma Unidade de Atendimento, visto que, apresentava várias escoriações pelo corpo, necessitando de uma cirurgia de fixação distal (Doc. 08), pois ficou com sequelas do acidente, impedindo do mesmo a realizar suas atividades diárias.

Destarte, ter acontecido o sinistro com o autor, percebe-se que seu direito a indenização do seguro DPVAT não está sendo reconhecido, visto que, já encaminhou toda a documentação comprobatória, porém, sempre recebe mensagem da parte Ré com a negativa do pedido e solicitação de nova emissão de documentos, esses já enviados, protelando assim sua obrigação.

Portanto, busca a tutela judicial para efetivar seu direito, por ser lícito e abster-se direito.

III- DO DIREITO:

A presente demanda a muito tempo encontra-se pacificada, notadamente no âmbito do Superior Tribunal de Justiça- STJ. A apresentação autoral encontra-se amparada na Lei 6.194/74 e art. 7º da Lei. 8441/92.

De fato, a referida Lei n. 6194/74 (Lei do Seguro Obrigatório – DPVAT), em seu art. 3º, garante o pagamento do seguro aquelas pessoas que venham a ficar com debilidade permanente, em decorrência de acidente de trânsito.

O art. 3º da lei nº. 6.194/74, estabelece que os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, conforme se vê abaixo:

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, **por invalidez permanente, total ou parcial**, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

No presente caso, é notória a incapacidade do autor, visto que, apresentou prova documental, demonstrando sua atual condição de saúde, além de prontuário médico, boletim de ocorrência, firmando o nexo de causalidade.

O fato foi devidamente comprovado pela parte autora, e de acordo com o art. 5º da Lei 6.194/74, § 1, a), que diz que:

“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente” ...

1-Mediante a entrega dos seguintes documentos:

“Registro da ocorrência no órgão policial competente”.

Nesse contexto, a parte Ré, suspendeu o processo de pagamento do seguro, argumentando que o **nº do pedido: 3190026711** (Doc. 05) não estaria completo, faltando alguns documentos; arquivos estes, que já foram enviados pelo autor, conforme comprovante de envio (Doc.07).

De toda forma, é importante destacar que a Lei não diz se o Boletim de Ocorrência (Doc. 06) deve ser comunicado ou não, exige-se o Boletim de Ocorrência OU Certidão de Ocorrência. **É ônus da Seguradora fazer prova de que as informações contidas no Boletim de Ocorrência, ou na Certidão de Ocorrência, não são verdadeiras, se assim por ventura alegar.**

Nesse sentido, a Declaração do Proprietário do Veículo já fora enviado, assim como o comprovante de residência atualizado, percebendo então, que a ré utiliza-se desses mecanismos para tornar o processo administrativos de pagamento de seguro DPVAT lento e problemático.

Além do Boletim de Ocorrência, outros documentos juntados pela parte autora, corroboram a veracidade das declarações expostas no BO. Portanto, o conjunto probatório, atesta o fato como verdadeiro.

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, fazendo jus a parte autora ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifos nossos).

CIVIL. ATROPELAMENTO, DEBILIDADE PERMANENTE. SEGURO DPVAT. INDENIZAÇÃO. 1- PARA FUNDAMENTAR O PEDIDO DE INDENIZAÇÃO, RESTANDO ATESTADO QUE O ATROPELADO ADQUIRIU INCAPACIDADE PERMANENTE NO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO EM DECORRÊNCIA DO SINISTRO PROVOCADO POR VEÍCULO INDENTIFICADO, NÃO HÁ QUE SE VERIFICAR O GRAU DA DEBILIDADE E NEM SE EXIGE A APRESENTAÇÃO DO DUT E COMPROVANTE DE PAGAMENTO DO BILHETE DO SEGURO DPVAT DO PERIODO EM QUE OCORREU O ACIDENTE, SENDO NECESSÁRIA, TÃO SOMENTE, A PROVA E DO DANO DELE DECORRENTE. 2- RECIRSO CONHECIDO E IMPROVIDO, SENTENÇA MANTIDA.

DECISÃO CONHECER. IMPROVER O RECURSO.

Classe do Processo: APELAÇÃO CIVIL NO JUIZADO ESPECIAL. 20030110081655 ACJ. DF.

Registro de acórdão número 195640. Data do julgamento: 22.06.2004, órgão Julgador: Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do D.F Relator LEILA CRISTINA GARBIN ARLANCH. Publicação do DJU: 04.08.2004 pág: 57 (até 31.12.1993 na seção 2, a partir de 01.01.1994 na Seção 3).

AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INVALIDEZ PERMANENTE. APLICAÇÃO DA SÚMULA 14 DAS TURMAS RECURSAIS. REVISADA EM 24/04/2008.

Mantendo a multa fixada pelo juízo a quo. Os embargos de declaração foram, corretamente, considerados protelatórios, visto que a sentença proferida em primeira instância é clara, tendo fixado pelo juízo a quo. Os embargos de declaração foram, corretamente, considerados protelatórios, visto que a sentença proferida em primeira instância é clara, tendo fixado o prazo de quinze dias, para a satisfação voluntária da decisão, sob pena de incidência da multa, o prazo de quinze dias, para a satisfação voluntária da decisão, sob pena de incidência da multa, o prazo de quinze dias.

Ausente necessidade de perícia para apurar o grau de invalidez do autor, sendo competente para o julgamento para o Juizado Especial Cível. Afasta-se o argumento de que inexistem provas da alegada invalidez.

IV- DA LEGITIMIDADE PASSIVA :

Qualquer seguradora que integre o convívio alusivo ao DPVAT possui legitimidade para segurar no polo passivo da ação judicial, senão vejamos:

APELAÇÃO CÍVEL SEGURO OBRIGATORIO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE PAGAMENTO ADMINISTRATIVO. COMPLEMENTAÇÃO DEVIDA. SUBSTITUIÇÃO DO POLO PASSIVO. SEGURADORA LÍDER. IMPOSSIBILIDADE. CARENÇA DE AÇÃO. VERBA HONORÁRIA. Substituição processual: a escolha da seguradora com quem vai litigar a vítima ou beneficiário do seguro DPVAT pertence a ela tão semente, não sendo oponível a resolução do CNSP que criou a entidade líder das seguradoras. Preliminar de ilegitimidade passiva afastada. (...) (apelação Cível nº 70028375475, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator Marques Ribeiro Filho, Julgado em 11/03/2009).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. Seguros. INDENIZAÇÃO. DPVAT. SUBSTITUIÇÃO POLO PASSIVO. SEGURADORA LÍDER. DESCABIMENTO. EXECUÇÃO DE INCOMPETÊNCIA. EXTINÇÃO. 1 No caso em exame, revela ponderar que qualquer seguradora pertinente ao consórcio é parte legítima para figurar no polo passivo da presente demanda, uma vez que tem o dever jurídico de responder pelo pagamento da indenização decorrente do seguro DPVAT, pois há comunhão de seguradoras que gerencia a distribuição dos fundos destinados ao pagamento do referido seguro. 2. Assim, descabe a substituição do polo passivo da presente demanda da decorrente pela Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT. 3. Dessa forma, como a

execução foi ajuizada contra a MBM Seguradora S/A, esta teria legitimidade para propor a execução de incompetência, e não a Seguradora Líder. Negado seguimento ao agravo de instrumento. (Agravo de instrumento N° 7002750588. Quinta Câmara Cível. Tribunal de Justiça de RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 15/12/2008).

Desta feita resta mais que comprovado que qualquer seguradora que integre o convênio alusivo ao DPVAT possui legitimidade para figurar no polo passivo.

A demanda ora proposta a apreciação do Poder Judiciário há muito se encontra pacificada, notadamente no âmbito do Superior Tribunal de Justiça- STJ. A apresentação autoral encontra-se amparada na Lei 6.194/74 e ar. 7º da Lei. 8441/92.

De fato, a referida Lei n. 6194/74 (Lei do Seguro Obrigatório – DPVAT), EM SEU ART. 3º, garante o pagamento do seguro aquelas pessoas que venham a ficar com debilidade permanente, em decorrência de acidente de trânsito.

CIVIL. ATROPELAMENTO, DEBILIDADE PERMANENTE. SEGURO DPVAT. INDENIZAÇÃO. 1- PARA FUNDAMENTAR O PEDIDO DE INDENIZAÇÃO, RESTANDO ATESTADO QUE O ATROPELADO ADQUIRIU INCAPACIDADE PERMANENTE NO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO EM DECORRÊNCIA DO SINISTRO PROVOCADO POR VEÍCULO INDENTIFICADO, NÃO HÁ QUE SE VERIFICAR O GRAU DA DEBILIDADE E NEM SE EXIGE A APRESENTAÇÃO DO DUT E COMPROVANTE DE PAGAMENTO DO BILHETE DO SEGURO DPVAT DO PERÍODO EM QUE OCORREU O ACIDENTE, SENDO NECESSÁRIA, TÃO SOMENTE, A PROVA E DO DANO DELE DECORRENTE. 2- RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO, SENTENÇA MANTIDA.

DECISÃO CONHECER. IMPROVER O RECURSO. Classe do Processo: APELAÇÃO CIVIL NO JUIZADO ESPECIAL. 20030110081655 ACJ. DF.

Registro de acórdão número 195640. Data do julgamento: 22.06.2004, órgão Julgador: Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do D.F Relator LEILA CRISTINA GARBIN ARLANCH. Publicação do DJU: 04.08.200 pag: 57 (até 31.12.1993 na seção 2, a partir de 01.01.1994 na Seção 3).

AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INVALIDEZ PERMANENTE. APLICAÇÃO DA SÚMULA 14 DAS TURMAS RECURSAIS. REVISADA EM 24/04/2008. Mantendo a multa fixada pelo juízo a quo. Os embargos de declaração foram, corretamente, considerados protelatórios, visto que a sentença proferida em primeira instância é clara, tendo fixado pelo juízo a quo. Os embargos de declaração foram, corretamente, considerados protelatórios, visto que a sentença proferida em primeira instância é clara, tendo fixado o prazo de quinze dias, para a satisfação voluntária da decisão, sob pena de incidência da multa, o prazo de quinze dias, para a satisfação voluntária da decisão, sob pena de incidência da multa, o prazo de quinze dias. Ausente necessidade de perícia para apurar o grau de invalidez do autor, sendo competente para o julgamento para o Juizado Especial Cível. Afasta-se os argumentos de que inexistem provas da alegada

invalidez. Já que o DML não faz mais laudos DPVAT. Considera-se legítimo o laudo pericial apresentado pela autora, como meio de comprovar os danos sofridos em decorrência do acidente. O documento de folha 16 é inequívoco em afirmar a existência de invalidez permanente em função do acidente de trânsito sofrido. Não há de cogitar graduação de invalidez. Tal entendimento é unânime nas turmas Recursais desde a edição da Súmula 14, que pacificou as lides dessa natureza. Uma vez comprovada a invalidez permanente pela aplicação da súmula supracitada, faz-se justo o pagamento do benefício referente ao seguro DPVAT em seu valor máximo. A medida provisória 340, posteriormente transformada na Lei 11.482/07, entrou em vigor somente no dia 29/12/2006. O sinistro ocorreu em 05/05/2005, logo sob a égide da Lei 6.194/74. Que em seu art.3., estipula o quantum indenizado em 40 salários mínimos. Sentença mantida por seus próprios fundamentos. NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO. (Recurso Cível Nº.71001683879, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Leo Pistrowski, julgado em 02/07/2008).

Órgão:1ª. Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

Classe: ACJ- Apelação Cível no Juizado Especial.

Nº. Processo:25008.01.1.122749-2

Apelantes: CENTAURO VIDA E PREVIDENCIA S/A E SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A

Apelado: APARECIDO BELO DA SILVA

Relatora Juíza:

EMENTA CIVIL INDENIZAÇÃO. SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULO PERMANENTE. DISTINÇÃO DE GRAU DE INCAPACIDADE. PREVALENCIA DA LEI EM FACE DE RECEBIMENTO PARCIAL DA INDENIZAÇÃO. MULTA DO ART.457 J, CPC 15 DIAS DO TRANSITO EM JULGADO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL, GARANTIA DOS DIREITOS A AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIA. ART. 5º. LV, CF. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.

1-Se contam dos autos as provas documentais necessárias á responsabilização das partes requeridas, ora recorrentes, pertinentes à ocorrência do acidente de trânsito e a existência de lesão permanente, não há que se falar em complexidade da matéria por necessidade de realização de prova pericial formal e afastar a competência do Juizado Especial.

V- **DOS PEDIDOS:**

Diante do exposto, requer a V. Exa. o seguinte:

1. A citação da empresa ré no endereço mencionado para, querendo, responder a presente por ocasião da audiência de conciliação/instrução a ser designada por esse juízo.
2. Em caso de negativa de conciliação, requer o julgamento antecipado da lide, ante a desnecessidade de produção de prova em audiência (Art. 330, inciso I, do CPC).

A condenação da ré ao pagamento da indenização (seguro DPVAT) no valor de R\$ **13.500,00** (treze mil e quinhentos reais), acrescidos de correção monetária e juros de mora desde o evento danoso, motivado pela incapacidade permanente do autor.

4. A concessão dos benefícios da **ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA**, nos termos da Lei 1.060/50, por não ter o(a) autor(a), condições de arcar com eventuais custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e de sua família.
5. A realização de perícia médica, se assim entender necessário, com a finalidade de comprovar a invalidez do autor.
6. A condenação da Requerida no pagamento das custas e demais despesas processuais, bem como no pagamento dos honorários advocatícios no importe 20% sobre o valor da condenação;

Protesta provar o alegado por todos os meios em direito admitidos, inclusive através do depoimento autoral e de testemunhas, que comparecerão a Audiência independente de intimação.

Dá-se a causa o valor de R\$13.500,00 (**treze mil e quinhentos reais**).

Nestes Termos.

Espera Deferimento.

Alexandria/RN, 20 de março de 2019.

Ivo Lucas Moreira Pereira

OAB/RN 15993

Jaercio de Sena Fabricio

OAB/RN 16945



EXCELENTÍSSIMO DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE MARCELINO VIEIRA, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, A QUEM ESTA COUBER POR DISTRIBUIÇÃO LEGAL.

ALCIDES ALVES DE PAIVA, brasileiro, solteiro, agricultor, data de nascimento: 20/10/1981, portador do RG sob o nº 1.363.832 e do CPF sob o nº: 708.771.401-54, filho de Luiza Maria de Paiva, residente e domiciliado na rua Vereador Jose Lopes do Rego, 07, Centro, Marcelino Vieira/RN, CEP: 59.970-000, informa que não possui e-mail, mas irá providenciar, vem através do seus procurados, devidamente habilitados, com Instrumento Procuratório em apenso, vem mui respeitosamente a presença de Vossa Excelência interpor:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT

em desfavor de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, inscrita no **CNPJ Nº.09.248.608/0001-04**, companhia de seguros participante do Consorcio de Seguradoras que operam o seguro de danos pessoais causados por veículo de via terrestre, localizada à **Avenida Senador Dantas, nº 74 – 15º Andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP Nº 20.031-205**, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:

**R. Raimundo Pires, nº 71, Centro, Alexandria/RN, CEP: 59965-000.
E-mail: ivomop13@gmail.com
(084) 99910-4104**



I- PRELIMINARES:

Requer o benefício da Justiça Gratuita por ser pessoa pobre na forma da lei onde faz juntada de documentos que comprovam a **impossibilidade de arcar, sem o seu prejuízo ou de sua família com as custas e despesas do processo onde deverá ser apreciado por este Nobre Julgador.**

Sob minha responsabilidade pessoal, esta causídica, **DECLARA** para os devidos fins e junto a esta vara, serem autênticos e verdadeiros todos os documentos e cópias juntados a inicial do requerente e que os mesmos estão em conformidade com os originais, para fins do art. 425, IV do CPC.

II- DOS FATOS:

No dia 29/07/2018 as 8:36 h, o autor se envolveu em um acidente automobilístico, conforme Boletim de Ocorrência nº 1883/2018 anexo (Doc.06).

Diante disso, precisou ser socorrido para uma Unidade de Atendimento, visto que, apresentava várias escoriações pelo corpo, necessitando de uma cirurgia de fixação distal (Doc. 08), pois ficou com sequelas do acidente, impedindo do mesmo a realizar suas atividades diárias.

Destarte, ter acontecido o sinistro com o autor, percebe-se que seu direito a indenização do seguro DPVAT não está sendo reconhecido, visto que, já encaminhou toda a documentação comprobatória, porém, sempre recebe mensagem da parte Ré com a negativa do pedido e solicitação de nova emissão de documentos, esses já enviados, protelando assim sua obrigação.

Portanto, busca a tutela judicial para efetivar seu direito, por ser lícito e absterse direito.

III- DO DIREITO:

**R. Raimundo Pires, nº 71, Centro, Alexandria/RN, CEP: 59965-000.
E-mail: ivomop13@gmail.com
(084) 99910-4104**



A presente demanda a muito tempo encontra-se pacificada, notadamente no âmbito do Superior Tribunal de Justiça- STJ. A apresentação autoral encontra-se amparada na Lei 6.194/74 e ar. 7º da Lei. 8441/92.

De fato, a referida Lei n. 6194/74 (Lei do Seguro Obrigatório – DPVAT), em seu art. 3º, garante o pagamento do seguro aquelas pessoas que venham a ficar com debilidade permanente, em decorrência de acidente de trânsito.

O art. 3º da lei nº. 6.194/74, estabelece que os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, conforme se vê abaixo:

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, **por invalidez permanente, total ou parcial**, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

No presente caso, é notória a incapacidade do autor, visto que, apresentou prova documental, demonstrando sua atual condição de saúde, além de prontuário médico, boletim de ocorrência, firmando o nexo de causalidade.

O fato foi devidamente comprovado pela parte autora, e de acordo com o art. 5º da Lei 6.194/74, § 1, a), que diz que:

“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente” ...

1-Mediante a entrega dos seguintes documentos:

“Registro da ocorrência no órgão policial competente”.

Nesse contexto, a parte Ré, suspendeu o processo de pagamento do seguro, argumentando que o **nº do pedido: 3190026711** (Doc. 05) não estaria completo, faltando

**R. Raimundo Pires, nº 71, Centro, Alexandria/RN, CEP: 59965-000.
E-mail: ivomop13@gmail.com
(084) 99910-4104**



alguns documentos; arquivos estes, que já foram enviados pelo autor, conforme comprovante de envio (Doc.07).

De toda forma, é importante destacar que a Lei não diz se o Boletim de Ocorrência (Doc. 06) deve ser comunicado ou não, exige-se o Boletim de Ocorrência OU Certidão de Ocorrência. **É ônus da Seguradora fazer prova de que as informações contidas no Boletim de Ocorrência, ou na Certidão de Ocorrência, não são verdadeiras, se assim por ventura alegar.**

Nesse sentido, a Declaração do Proprietário do Veículo já fora enviado, assim como o comprovante de residência atualizado, percebendo então, que a ré utiliza-se desses mecanismos para tornar o processo administrativos de pagamento de seguro DPVAT lento e problemático.

Além do Boletim de Ocorrência, outros documentos juntados pela parte autora, corroboram a veracidade das declarações expostas no BO. Portanto, o conjunto probatório, atesta o fato como verdadeiro.

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, fazendo jus a parte autora ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifos nossos).

CIVIL. ATROPELAMENTO, DEBILIDADE PERMANENTE. SEGURO DPVAT. INDENIZAÇÃO. 1- PARA FUNDAMENTAR O PEDIDO DE INDENIZAÇÃO, RESTANDO ATESTADO QUE O ATROPELADO ADQUIRIU INCAPACIDADE PERMANENTE NO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO EM DECORRÊNCIA DO SINISTRO PROVOCADO POR VEÍCULO IDENTIFICADO, NÃO HÁ QUE SE VERIFICAR O GRAU DA DEBILIDADE E NEM SE EXIGE A APRESENTAÇÃO DO DUT E COMPROVANTE DE PAGAMENTO DO BILHETE DO SEGURO DPVAT DO PERÍODO EM QUE OCORREU O ACIDENTE, SENDO NECESSÁRIA, TÃO SOMENTE, A PROVA E DO DANO DELE

**R. Raimundo Pires, nº 71, Centro, Alexandria/RN, CEP: 59965-000.
E-mail: ivomop13@gmail.com
(084) 99910-4104**



DECORRENTE. 2- RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO, SENTENÇA MANTIDA. DECISÃO CONHECER. IMPROVER O RECURSO.

Classe do Processo: APELAÇÃO CIVIL NO JUIZADO ESPECIAL. 20030110081655 ACJ. DF.

Registro de acórdão número 195640. Data do julgamento: 22.06.2004, órgão Julgador: Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do D.F Relator LEILA CRISTINA GARBIN ARLANCH. Publicação do DJU: 04.08.2004 pág: 57 (até 31.12.1993 na seção 2, a partir de 01.01.1994 na Seção 3).

AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INVALIDEZ PERMANENTE. APLICAÇÃO DA SÚMULA 14 DAS TURMAS RECURSAIS. REVISADA EM 24/04/2008. Mantendo a multa fixada pelo juízo a quo. Os embargos de declaração foram, corretamente, considerados protelatórios, visto que a sentença proferida em primeira instância é clara, tendo fixado pelo juízo a quo. Os embargos de declaração foram, corretamente, considerados protelatórios, visto que a sentença proferida em primeira instância é clara, tendo fixado o prazo de quinze dias, para a satisfação voluntária da decisão, sob pena de incidência da multa, o prazo de quinze dias, para a satisfação voluntária da decisão, sob pena de incidência da multa, o prazo de quinze dias.

Ausente necessidade de perícia para apurar o grau de invalidez do autor, sendo competente para o julgamento para o Juizado Especial Cível. Afasta-se o argumento de que inexistem provas da alegada invalidez.

IV-DA LEGITIMIDADE PASSIVA :

Qualquer seguradora que integre o convívio alusivo ao DPVAT possui legitimidade para segurar no polo passivo da ação judicial, senão vejamos:

APELAÇÃO CIVIL SEGURO OBRIGATORIO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE PAGAMENTO ADMINISTRATIVO. COMPLEMENTAÇÃO DEVIDA. SUBSTITUIÇÃO DO POLO PASSIVO. SEGURADORA LIDER. IMPOSSIBILIDADE. CARENCA DE AÇÃO. VERBA HONORÁRIA. Substituição processual: a escolha da seguradora com quem vai litigar a vítima ou beneficiário do seguro DPVAT pertence a ela tão semente, não sendo oponível a resolução do CNSP que criou a entidade líder das seguradoras. Preliminar de ilegitimidade passiva

**R. Raimundo Pires, nº 71, Centro, Alexandria/RN, CEP: 59965-000.
E-mail: ivomop13@gmail.com
(084) 99910-4104**



afastada. (...) (apelação Cível nº 70028375475, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator Marques Ribeiro Filho, Julgado em 11/03/2009).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. Seguros. INDENIZAÇÃO. DPVAT. SUBSTITUIÇÃO POLO PASSIVO. SEGURADORA LÍDER. DESCABIMENTO. EXECUÇÃO DE INCOMPETÊNCIA. EXTINÇÃO. 1 No caso em exame, revela ponderar que qualquer seguradora pertinente ao consórcio é parte legítima para figurar no polo passivo da presente demanda, uma vez que tem o dever jurídico de responder pelo pagamento da indenização decorrente do seguro DPVAT, pois há comunhão de seguradoras que gerencia a distribuição dos fundos destinados ao pagamento do referido seguro. 2. Assim, descabe a substituição do polo passivo da presente demanda decorrente pela Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT. 3. Dessa forma, como a execução foi ajuizada contra a MBM Seguradora S/A, esta teria legitimidade para propor a execução de incompetência, e não a Seguradora Líder. Negado seguimento ao agravo de instrumento. (Agravo de instrumento Nº 7002750588. Quinta Câmara Cível. Tribunal de Justiça de RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 15/12/2008).

Desta feita resta mais que comprovado que qualquer seguradora que integre o convênio alusivo ao DPVAT possui legitimidade para figurar no polo passivo.

A demanda ora proposta a apreciação do Poder Judiciário há muito se encontra pacificada, notadamente no âmbito do Superior Tribunal de Justiça- STJ. A apresentação autoral encontra-se amparada na Lei 6.194/74 e ar. 7º da Lei. 8441/92.

De fato, a referida Lei n. 6194/74 (Lei do Seguro Obrigatório – DPVAT), EM SEU ART. 3º, garante o pagamento do seguro aquelas pessoas que venham a ficar com debilidade permanente, em decorrência de acidente de trânsito.

CIVIL. ATROPELAMENTO, DEBILIDADE PERMANENTE. SEGURO DPVAT. INDENIZAÇÃO. 1- PARA FUNDAMENTAR O PEDIDO DE INDENIZAÇÃO, RESTANDO ATESTADO QUE O ATROPELADO ADQUIRIU INCAPACIDADE PERMANENTE NO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO EM DECORRÊNCIA DO SINISTRO PROVOCADO POR VEÍCULO IDENTIFICADO, NÃO HÁ QUE SE VERIFICAR O GRAU DA DEBILIDADE E NEM SE EXIGE A APRESENTAÇÃO DO DUT E COMPROVANTE DE PAGAMENTO DO BILHETE DO SEGURO DPVAT DO PERÍODO EM QUE OCORREU O ACIDENTE, SENDO NECESSÁRIA, TÃO SOMENTE, A PROVA E DO DANO DELE

**R. Raimundo Pires, nº 71, Centro, Alexandria/RN, CEP: 59965-000.
E-mail: ivomop13@gmail.com
(084) 99910-4104**



DECORRENTE. 2- RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO, SENTENÇA MANTIDA.

DECISÃO CONHECER. IMPROVER O RECURSO. Classe do Processo: APELAÇÃO CIVIL NO JUIZADO ESPECIAL. 20030110081655 ACJ. DF.

Registro de acórdão número 195640. Data do julgamento: 22.06.2004, órgão Julgador: Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do D.F Relator LEILA CRISTINA GARBIN ARLANCH. Publicação do DJU: 04.08.200 pag: 57 (até 31.12.1993 na seção 2, a partir de 01.01.1994 na Seção 3).

AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INVALIDEZ PERMANENTE. APLICAÇÃO DA SÚMULA 14 DAS TURMAS RECURSAIS. REVISADA EM 24/04/2008. Mantendo a multa fixada pelo juízo a quo. Os embargos de declaração foram, corretamente, considerados protelatórios, visto que a sentença proferida em primeira instância é clara, tendo fixado pelo juízo a quo. Os embargos de declaração foram, corretamente, considerados protelatórios, visto que a sentença proferida em primeira instância é clara, tendo fixado o prazo de quinze dias, para a satisfação voluntária da decisão, sob pena de incidência da multa, o prazo de quinze dias, para a satisfação voluntária da decisão, sob pena de incidência da multa, o prazo de quinze dias. Ausente necessidade de perícia para apurar o grau de invalidez do autor, sendo competente para o julgamento para o Juizado Especial Cível. Afasta-se os argumentos de que inexistem provas da alegada invalidez. Já que o DML não faz mais laudos DPVAT. Considera-se legítimo o laudo pericial apresentado pela autora, como meio de comprovar os danos sofridos em decorrência do acidente. O documento de folha 16 é inequívoco em afirmar a existência de invalidez permanente em função do acidente de trânsito sofrido. Não há de cogitar graduação de invalidez. Tal entendimento é unânime nas turmas Recursais desde a edição da Súmula 14, que pacificou as lides dessa natureza. Uma vez comprovada à invalidez permanente pela aplicação da súmula supracitada, faz-se justo o pagamento do benefício referente ao seguro DPVAT em seu valor máximo. A medida provisória 340, posteriormente transformada na Lei 11.482/07, entrou em vigor somente no dia 29/12/2006. O sinistro ocorreu em 05/05/2005, logo sob a égide da Lei 6.194/74. Que em seu art.3., estipula o quantum indenizado em 40 salários mínimos. Sentença mantida por seus próprios fundamentos. NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO. (Recurso Cível Nº.71001683879, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Leo Pistrowski, julgado em 02/07/2008).

Órgão:1ª. Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais. Classe: ACJ- Apelação Cível no Juizado Especial. Nº. Processo:25008.01.1.122749-2

R. Raimundo Pires, nº 71, Centro, Alexandria/RN, CEP: 59965-000.

E-mail: ivomop13@gmail.com

(084) 99910-4104



Apelantes: CENTAURO VIDA E PREVIDENCIA S/A E
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT
S/A

Apelado: APARECIDO BELO DA SILVA

Relatora Juíza:

EMENTA CIVIL INDENIZAÇÃO. SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULO PERMANENTE. DISTINÇÃO DE GRAU DE INCAPACIDADE. PREVALENCIA DA LEI EM FACE DE RECEBIMENTO PARCIAL DA INDENIZAÇÃO. MULTA DO ART.457 J, CPC 15 DIAS DO TRANSITO EM JULGADO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL, GARANTIA DOS DIREITOS A AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIA. ART. 5º. LV, CF. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.

1-Se contam dos autos as provas documentais necessárias à responsabilização das partes requeridas, ora recorrentes, pertinentes à ocorrência do acidente de trânsito e a existência de lesão permanente, não há que se falar em complexidade da matéria por necessidade de realização de prova pericial formal e afastar a competência do Juizado Especial.

V- DOS PEDIDOS:

Diante do exposto, requer a V. Exa. o seguinte:

1. A citação da empresa ré no endereço mencionado para, querendo, responder a presente por ocasião da audiência de conciliação/instrução a ser designada por esse juízo.
2. Em caso de negativa de conciliação, requer o julgamento antecipado da lide, ante a desnecessidade de produção de prova em audiência (Art. 330, inciso I, do CPC).
3. A condenação da ré ao pagamento da indenização (seguro DPVAT) no valor de R\$ **13.500,00** (treze mil e quinhentos reais), acrescidos de correção monetária e juros de mora desde o evento danoso, motivado pela incapacidade permanente do autor.
4. A concessão dos benefícios da **ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA**, nos termos da Lei 1.060/50, por não ter o(a) autor(a), condições de arcar com eventuais custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e de sua família.
5. A realização de perícia médica, se assim entender necessário, com a finalidade de comprovar a invalidez do autor.

R. Raimundo Pires, nº 71, Centro, Alexandria/RN, CEP: 59965-000.
E-mail: ivomop13@gmail.com
(084) 99910-4104



6. A condenação da Requerida no pagamento das custas e demais despesas processuais, bem como no pagamento dos honorários advocatícios no importe 20% sobre o valor da condenação;

Protesta provar o alegado por todos os meios em direito admitidos, inclusive através do depoimento autoral e de testemunhas, que comparecerão a Audiência independente de intimação.

Dá-se a causa o valor de R\$13.500,00 (**treze mil e quinhentos reais**).

Nestes Termos.

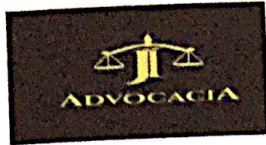
Espera Deferimento.

Alexandria/RN, 20 de março de 2019.

Ivo Lucas Moreira Pereira
OAB/RN 15993

Jaercio de Sena Fabricio
OAB/RN 16945

**R. Raimundo Pires, nº 71, Centro, Alexandria/RN, CEP: 59965-000.
E-mail: ivomop13@gmail.com
(084) 99910-4104**



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: ALCIDES ALVES DE PAIVA, brasileiro, solteiro, agricultor, data de nascimento 20/10/1981, portadora do RG de nº: 1.363.832 e do CPF sob o nº 708.771.401-54, Luiza Maria de Paiva, residente e domiciliada na rua vereador José Lopes do Rêgo, nº 07, Centro, Marcelino Vieira/RN, CEP: 59970-000.

OUTORGADO: JAERCIO DE SENA FABRICIO, brasileiro, casado, CPF: 039.884.804-10, advogado, inscrito na OAB/RN Nº 16945, com endereço profissional à rua Raimundo Pires, nº 70, Centro, Alexandria/RN, CEP: 59965-000, Telefone: (84) 3381-2907 / (84) 9.9841-5821 e-mail: jaerciodireito@gmail.com.

PODERES: Pelo presente instrumento a outorgante confere ao outorgado amplos poderes para representação em processo administrativo do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, bem como para o foro em geral, com cláusula “ad-judicia et extra”, para representá-lo em qualquer juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito, as ações competentes e defendê-lo nas contrarias, seguindo umas às outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe ainda, poderes especiais para receber citação inicial, confessar e reconhecer a procedência do pedido, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, transigir, firmar compromisso ou acordos, receber e dar quitação, renuncia, podendo agir em Juízo ou fora dele, em procedimentos extrajudiciais e/ou administrativos, assim como substabelecer está a outrem, com ou sem reserva de iguais poderes, para agir em conjunto ou separadamente com o substabelecimento.

Alexandria/RN, 07 de março de 2019.

ALCIDES ALVES DE PAIVA

ALCIDES ALVES DE PAIVA
Outorgante

Scanned with CamScanner



DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

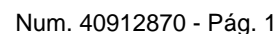
Eu, **ALCIDES ALVES DE PAIVA**, brasileiro, solteiro, agricultor, data de nascimento 20/10/1981, portadora do RG de nº: 1.363.832 e do CPF sob o nº 708.771.401-54, Luiza Maria de Paiva, residente e domiciliada na rua vereador José Lopes do Rêgo, nº 07, Centro, Marcelino Vieira/RN, CEP: 59970-000. **DECLARO**, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que não tenho condições de arcar com as despesas inerentes ao presente processo, sem prejuízo do meu sustento e de minha família, necessitando, portanto, da Gratuidade da Justiça, nos termos do art. 98 e seguintes da Lei 13.105/2015 (Código de Processo Civil). Requeiro, ainda, que o benefício abranja a todos os atos do processo.

Alexandria/RN, 07 de março de 2019.

ALCIDES ALVES DE PAIVA
ALCIDES ALVES DE PAIVA
Declarante

R. Raimundo Pires, nº 70, Centro, Alexandria/RN, CEP: 59965-000.
E-mail: jaerciodireito@gmail.com
(084) 99841-5821

Scanned with CamScanner





DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, **ALCIDES ALVES DE PAIVA**, brasileiro, solteiro, agricultor, data de nascimento 20/10/1981, portadora do RG de nº: 1.363.832 e do CPF sob o nº 708.771.401-54, Luiza Maria de Paiva. **DECLARO** para os devidos fins de comprovação de residência, sob as penas da Lei (art. 2º da Lei 7.115/83), que sou residente e domiciliada na rua vereador José Lopes do Rêgo, nº 07, Centro, Marcelino Vieira/RN, CEP: 59970-000. Declaro ainda, estar ciente de que declaração falsa pode implicar na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal, *in verbis*:

“Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular. ”

Alexandria/RN, 07 de março de 2019.

ALCIDES ALVES DE PAIVA
ALCIDES ALVES DE PAIVA

Declarante

Scanned with CamScanner

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL **1.363.832** DATA DE EXPEDIÇÃO **25/03/2014**

NOME **ALCIDES ALVES DE PAIVA**

FILIAÇÃO **LUIZA MARIA DE PAIVA**

NATURALIDADE **MARCELINO VIEIRA-RN** DATA DE NASCIMENTO **20/10/1981**

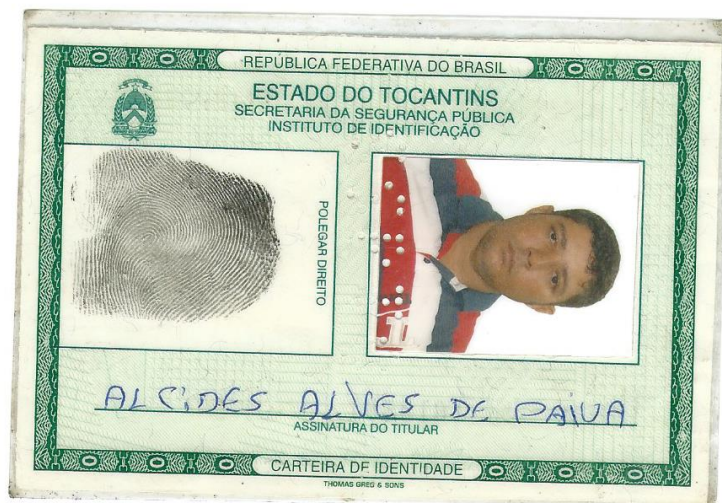
DOC. ORIGEM **CERT. NASC. Nº 3.644, LV A-4, FLS 242V, EXP.27/06/2005**

MARCELINO VIEIRA-RN -

CPF **30023**

Smartira
SARAUÁ SALES E FILHOS
Fotocópias e mais

LEI Nº 7.116 DE 29/06/83
THOMAS GRIFF & SONS





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
708.771.401-54

Nome
ALCIDES ALVES DE PAIVA

Nascimento
20/10/1981

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE
A65F.C95E.490A.968F

A autenticidade deste comprovante deverá
ser confirmada na Internet, no endereço

www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela
Secretaria da Receita Federal do Brasil
às 11:03:34 do dia 18/02/2016 (hora e data de Brasília)
dígito verificador: 00

Rio de Janeiro, 17 de Janeiro de 2019

Nº do Pedido do Seguro DPVAT: 3190026711

Vítima: ALCIDES ALVES DE PAIVA

Data do Acidente: 29/07/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

Senhor(a), ALCIDES ALVES DE PAIVA

O(s) documento(s) abaixo não permitiu(ram) o atendimento ao seu pedido do Seguro DPVAT:

Comprovante de residência incorreto(a). necessário verificar as informações e apresentar o documento com os dados corretos.

Boletim de ocorrência incompleto(a). necessário apresentar o documento completo sem rasuras ou abreviações.

Declaração do Proprietário do Veículo não enviado(a). não acusamos o recebimento do documento, necessário apresentar.

O prazo de 30 (trinta) dias para análise do pedido foi interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber a documentação complementar solicitada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 (cento e oitenta) dias, contados do recebimento desta carta, o pedido do Seguro DPVAT será cancelado.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 00687/00688 - carta_03 - INVALIDEZ



Carta nº 13827342

Scanned with CamScanner



GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DE POLÍCIA DE GRAJAU
BOLETIM DE OCORRÊNCIA N.º 1883 / 2018



CODIGO DO REGISTRANTE: 1253
DATA DA OCORRÊNCIA: 29/7/2018 08:36:00
LOCAL DA OCORRÊNCIA: MA 006
COMPL. EMEND. DO END.:
BAIRRO: VILINHA
CIDADE: GRAJAU

ESTADO: MA
COMUNICANTE
ALCIDES ALVES DE PAIVA
EST. CIVIL: SOLTEIRO
NASCIDO EM: 20/10/1981
FILIAÇÃO PAI: LUZIA MARIA DE PAIVA
FILIAÇÃO MÃE: LUZIA MARIA DE PAIVA
PROFISSÃO: LAVRADORA
ENDEREÇO: RUA DA SUB ESTACAO
BAIRRO: CENTRO
TELEFONE(S): 99 991494585
CIDADE: MARCELINO VIEIRA

SEXO: MASCULINO
NACIONAL: RG/ÓRGÃ 1363832-SSP/MA
CPF: 70877140154
NATURALIDADE: MARCELINO VIEIRA
EST. CIVIL: SOLTEIRO
NASCIDO EM: 20/10/1981
FILIAÇÃO PAI: LUZIA MARIA DE PAIVA
FILIAÇÃO MÃE: LUZIA MARIA DE PAIVA
PROFISSÃO: LAVRADORA
ENDEREÇO: RUA DA SUB ESTACAO
BAIRRO: CENTRO
TELEFONE(S): 99 991494585
CIDADE: MARCELINO VIEIRA

SEXO: MASCULINO
NACIONAL: RG/ÓRGÃ 1363832-SSP/MA
CPF: 70877140154
NATURALIDADE: MARCELINO VIEIRA
EST. CIVIL: SOLTEIRO
NASCIDO EM: 20/10/1981
FILIAÇÃO PAI: LUZIA MARIA DE PAIVA
FILIAÇÃO MÃE: LUZIA MARIA DE PAIVA
PROFISSÃO: LAVRADORA
ENDEREÇO: RUA DA SUB ESTACAO
BAIRRO: CENTRO
TELEFONE(S): 99 991494585
CIDADE: MARCELINO VIEIRA

RELATO DA OCORRÊNCIA:
RELATA COMUNICANTE QUE NA DATA HORA SUPRAMENCIONADAS, ESTAVA DIRIGINDO A MOTO ABAIXO
CARACTERIZADA SENTINDO MA 006, QUANDO NESTE TRAJETO UMA MOTO INVADIU A SUA PREFERENCIAL E
COLIDIU COM A VITIMA; QUE EM FUNÇÃO DESSE ACIDENTE, A VITIMA QUEBROU O PUNHO DIREITO; QUE C
RANS EUNTE O QUAL COLIDIU COM A VITIMA EVADIU-SE DO LOCAL; QUE A VITIMA FOI ATENDIDO NO HOSPITAL
ÃO FRANCISCO(MUNICIPIO DE GRAJAU - MA) . FICA REGISTRADO PARA O DEVIDO FINS.
MOTOS DIA MOTO: PLACA OFG 2681, CHASSI 9C2KC2500JR008118, RENAVAM 01140335321, COR VERMELHA
MODELO HONDA CG 160 START EM NOME DE HILDEVANHA PEREIRA LIRA.
PROVINCÍAS TOMADAS:
REGISTRO DE B.O.

Lucas Sousa Silva
Escritório de Polícia Civil
Registrante

Lucas Sousa Silva
Escritório de Polícia Civil
Comunicante

Obs: Este documento é válido como certidão para fins de Direito

ECT - EMP. GENS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS

Ag: 6030 - AC PILDES

PILDES - RN

CNPJ: 34028316124775 Ins. Est.: 200000001

COMPROVANTE DO CLIENTE

Cliente: SEGURADORA LIDER CONSOR SEGU

CNPJ/CPF: 09248608000104

Doc. Post: 308083232

Contrato: 9912280636 Cod. Adm.: 11205709

Cartão: 6267655

Movimento: 26/12/2018 Hora: 15:51:20

Caixa: 89722172 Matrícula: 86283480

Lancamento: 008

Modalidade: A Faturar ID Tiquete: 1576773386

DESCRICAÇÃO QTD PREÇO(R\$)

SEGURO DPVAT ATE 30 1 23,26+

Valor do Porte(R\$): 23,26

Peso real (g): 100

CNPJ/CPF Remet: 70877140154

Nome Remetente: ALCIDES ALVES DE PAIVA

Endereço Remet: RUA DESEMBARGADOR LICURGO

Cont. Endereço: NUNES, 57 CASA - CENTRO

Cep Remetente: 59970-000

Cidade Remet: MARCELINO VIEIRA

UF Remet: RN

POSTAL RESPOSTA DPV 1 29,00+

Valor do Porte(R\$): 29,00

Cep Destino: 20031-205 (RJ)

Peso real (g): 100

OBJETO: DV1513194598R

Postagem ocorrida após o horário limite de postagem (DH), será acrescido 1 (um) dia útil ao prazo padrão de entrega

TOTAL DO ATENDIMENTO(R\$): 52,26

Valor Declarado não solicitado(R\$)

No caso de objeto com valor, utilize o serviço adicional de valor declarado.

A FATURAR

Reconheço a prestação dos serviços acima prestado(s), o(s) qual(is) passarei mediante

apresentação de fatura. Os valores constantes de

deste comprovante poderão sofrer variações de

acordo com as cláusulas contratuais

Nome: RG:

Ass. Responsável:

Postagem ocorrida após o horário limite de postagem (DH), será acrescido 1 (um) dia útil ao prazo padrão de entrega

SERV. POSTAIS, DIREITOS E DEVERES-LEI 6538/78

VIA-CLIENTE

SARA 7.8.01

Ganhe tempo! Baixe o APP de Pré-Atendimento dos Correios

Guia de atendimento - PRONTO ATENDIMENTO

DADOS DO PACIENTE

Prontuário 024957
Atendimento 0001
Nome do Paciente ALCIDES ALVES DE PAIVA
Documento(s) CPF: 708.771.401-54
Data de Nascimento 20/10/1981
Local MACAIBA/RN

CNS
Estado Civil Solteiro(a)
Sexo Masculino
Idade 36 Ano(s)
UF MA
Telefone
Município GRAJAU
UF MA

Endereço RUA RODOVIARA, SN
Profissão VENDEDOR
Responsável O MESMO

Empresa

Bairro CANOEIRO

Mãe LUIZA MARIA DE PAIVA
CEP 65940-000
Município GRAJAU
Cônjugue

CPF do Responsável

Endereço RUA RODOVIARA, SN

DADOS DO ATENDIMENTO

Data Atendimento 29/07/2018
Hora 10:40
Convênio SUS
Profissional do Atendimento KIRNA NATHALY POZZO PALMA
Indicador de Acidente

Matrícula

CRM/UF 9293/MA
Funcionário LUCILENE CARMEM DA CONCEICAO SILVA

Tipo Atendimento CONSULTA DE EMERGENCIA

Observação

Sala Data/Hora Liberação às hs. Tipo de Saída () Alta () Internação () Óbito

Sinais Vitais Peso (kg) Altura (cm) T (°C) P (bpm) R (mpm) PA (mmHg)

Motivo do Atendimento e Sumário de Atendimento (Histórico, Diagnóstico, Exames Solicitados e Conduta)

Paciente vítima de acidente de trânsito com trauma
e fratura conservadora do ombro D.

Não punho D ANA

TAÇA GESSADA TIPO LUNA

Redução encontrada sob anestesia local

MATERIAIS E MEDICAMENTOS

01 Sulfato de 1050
01 Sulfato de 5
02 Gesso de 15cm
02 ALGODÃO 02cm 15cm
01 SERENA 10ml
01 ALUNA 25X8
5ml XELOCAINE
02 ATROPIAS 10cm
01 " 15cm
10ml 650mg DE S AI

Dr. José Ariosto Soares Lima
Ortopedia e Traumatologia
CRM - MA 3674
TEO 0514 RQE1397

KIRNA NATHALY POZZO PALMA - CRM: 9293

Assinatura Paciente/Responsável
Responsável: O MESMO

DE A



GOVERNO DO
RECONSTRUIR E AVANÇAR

RN



Secretaria de Saúde Pública do Rio Grande do Norte - SESAP

Hospital Dr. Cleodon Carlos de Andrade

RELATÓRIO DE TRANSFERÊNCIA

PACIENTE:	Silvanete Vitoriano da Silva	LEITO:
DATA DE NASCIMENTO:	21/03/76	IDADE:
ENDEREÇO:	B. F. C. Maurício	TELEFONE:
MUNICÍPIO:	Alexandria	
MEIO DE REMOÇÃO:		

RESPONSÁVEL:		TELEFONE:
ENDEREÇO:		
MUNICÍPIO:		

HIPÓTESE DIAGNÓSTICA:	TAF grave	DATA DA INTERNAÇÃO:	1/1
DATA DO ATENDIMENTO:	11/05/18		

HISTÓRIA CLÍNICA:	Vitória de acidente de trânsito com TAF por guarda de trânsito. Papilomas amigdalares, não tratados.
MEDICAMENTOS UTILIZADOS:	unidade com + Fortavit.

EXAMES REALIZADOS:	Exame físico, exames de sangue, urina, fezes.
	PAU - Pulso - 36 - Freq -

MOTIVO DO ENCAMINHAMENTO:	Atendimento especializado e monitoramento.
	Cirúrgica

ENCAMINHAMENTO PARA O HOSPITAL:	Sanary (UGV) URSM
NO MUNICÍPIO:	Marcelo - RN
CONFORME CONTATOS REALIZADOS COM:	

Antonia Valdeir
Chefe de Serviço

S. ADM. N.º 000-01/01

103-103, C/CEM, CAM. 18, NATAL (RN), 11/05/18
AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL
11-1003-Ferro-RN-22/05/18

CARIMBO E ASSINATURA DO
PROFISSIONAL RESPONSÁVEL

ASSINATURA DO PACIENTE
RESPONSÁVEL LEGAL

BR 405 - KM 03, BAIRRO ARIZONA, 1971 - TELEFAX (84) 3351.9040 - PAU DOS FERROS - RN
CNPJ: 08.241.754/0107-01 - email: hospdrCleodon@rn.gov.br

Código 251577027

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

Unidade Solicitante:
CENTRO DE SAUDE DONA LAURA
Município Regulador
NATAL
Data Desejada

DADOS DO PACIENTE

CNS
898004989577061
Nome do Paciente
ALCIDES ALVES DE PAIVA
Sexo:
MASCULINO
Data de Nascimento:
20/10/1981 (36 anos)
Nome da Mãe:
LUIZA MARIA DE PAIVA
Tipo Logradouro:
RUA
Número:
212

País de Residência:

BRASIL

Telefone(s):

(61) 3315-2425 ([Exibir Lista Detalhada](#))

Nome do Responsável:

João paulo alves de paiva

DADOS DA SOLICITAÇÃO

CPF do Médico Solicitante:

Diagnóstico Inicial - CID:

FRATURA DA EXTREMIDADE DISTAL DO RÁDIO E DO CÚBITO [ULNA] - S526

Classificação de Risco

VERMELHO - emergência, necessidade de atendimento imediato.

Caráter

11 - Urgencia

Clínica:

ESPEC - CIRURGICO - CIRURGIA GERAL

Procedimento Solicitado:

TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA / LESÃO FISARIA DO CÔNDILO / TRÓCLEA/APOFISE CORONÓIDE DO ULNA / CABEÇA DO RÁDIO

LAUDO TÉCNICO E JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

Principais Sinais e Sintomas Clínicos:

paciente sofreu acidente de moto e apresenta fratura de rádio distal

Principais Resultados de Provas Diagnósticas:

exames físicos + complementares

Condições que Justificam a Internação:

necessidade de fixação cirúrgica

Natureza da lesão

Grave

PARECER

Situação:

PENDENTE

CNES:

2380978

Unidade Desejada:

HOSPITAL MEMORIAL

CNES:

2408252

Nome Social/ Apelido:

Raça:

SEM INFORMACAO

Tipo Sanguíneo:

Naturalidade:

-

Logradouro:

DOS MECANICOS

Bairro:

JARDIM MANSOES

PALMEIRAS

Município de Residência:

ARAGUAINA

Complemento:

CEP:

77809300

UF:

TO

Telefone do Responsável:

849701/0780

Nome do Médico Solicitante:

fabiano dantas

Status da Solicitação:

PENDENTE

Clínica Complementar:

Nenhuma

Código:

0408020369

Operador Solicitante:

SECSAUDEMARCELINO

Motivo de Impedimento do Regulador

Assinatura e Carimbo do Médico Solicitante (examinador)

CRM

Data

06.08.2018 -
08:57:57

Data da Extração dos Dados: 06/08/2018 08:57:57

Nova Solicitação

Imprimir

06/08/2018 08:5

SISREG



Sistema Único de Saúde
Ministério da Saúde

LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

Identificação do Estabelecimento de Saúde

1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE

2 - CNES

3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE

4 - CNES

Identificação do Paciente

5 - NOME DO PACIENTE

6 - Nº DO PRONTUÁRIO

7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)

8 - DATA DE NASCIMENTO

9 - SEXO

10 - RAÇA/COR

11 - NOME DA MÃE

DDO

12 - TELEFONE DE CONTATO Nº DO TELEFONE

13 - NOME DO RESPONSÁVEL

DDO

14 - TELEFONE DE CONTATO Nº DO TELEFONE

15 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO)

16 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA

17 - Cód. IBGE MUNICÍPIO

18 - UF

19 - CEP

JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

20 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS

Paciente sofreu acidente de moto e apresenta fratura do rádio distal.

21 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO

Necessidade de fixação cirúrgica.

22 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS)

Anamnese e exame físico

23 - DIAGNÓSTICO INICIAL

24 - CID 10 PRINCIPAL

25 - CID 10 SECUNDÁRIO

26 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS

Fratura do rádio distal

S52.6

PROCEDIMENTO SOLICITADO

27 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO

28 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO

Tratamento cirúrgico do rádio distal

04108020369

29 - CLÍNICA

30 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO

31 - DOCUMENTO () CNS () CPF

32 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE

33 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE

34 - DATA DA SOLICITAÇÃO

35 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)

04/08/18

Fabiano Danilo

PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

36 - () ACIDENTE DE TRÂNSITO

37 - () ACIDENTE TRABALHO TÍPICO

38 - () ACIDENTE TRABALHO TRAJETO

39 - CNPJ DA SEGURADORA

40 - Nº DO BILHETE

41 - SÉRIE

42 - CNPJ EMPRESA

43 - CNAE DA EMPRESA

44 - CBOR

45 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA

() EMPREGADO

() EMPREGADOR

() AUTÔNOMO

() DESEMPREGADO

() APOSENTADO

() NÃO SEGURADO

AUTORIZAÇÃO

46 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

47 - Cód. Órgão Emissor

52 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

48 - DOCUMENTO

49 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

() CNS () CPF

50 - DATA DA AUTORIZAÇÃO

51 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)



RECEITA

- NOME: ALCIDES ALVES DE PAIVA, 36 ANOS

USO ORAL

- GASTRIUM 20 MG CAPS _____ 01 CX

TOMAR 01 CAPS VIA ORAL ANTES DO CAFÉ E JANTAR

02 VEZES AO DIA

- MIOFLEX-A COMP _____ 01 CX

TOMAR 01 COMP VIA ORAL APÓS O CAFÉ E O JANTAR

02 VEZES AO DIA

- REVANGE COMP _____ 01CX

TOMAR 01 COMP VO APÓS O CAFÉ E APÓS O JANTAR.

02 VEZES AO DIA.

GRAJAÚ, 29 de julho de 2018.

Dr. José Ariosto Soares Lima
Ortopedia e Traumatologia
CRM-MA 3674
TEOT 6614 RQE 1397

DR. JOSÉ ARIOSTO SOARES LIMA
CRM-MA 3674
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA
TEOT 6614 RQE 1397

102A

Cirurgia da Mão de Natal

CIMAN

DR. HÉLIO RUBENS POLIDO GARCIA - CRM 5500
CIRURGIA DA MÃO • MICROCIRURGIA • ARTROSCOPIA

ALCIDES ALVES DE PAIVA

USO ORAL

1. Nisulid _____ 1 cx

Tomar 1 comprimido via oral de 12/12h por 5 dias.

2. Paracetamol 750mg _____ 2cx

Tomar 1 comprimido via oral de 6/6h se dor

14.08.16

Dr. Hélio R. Polido G.
Cirurgia da Mão
Microcirurgia
CRM - 5500

Dr. Hélio Rubens Polido Garcia
Ortopedia
Cirurgia da Mão/Microcirurgia
CRM 5500



Secretaria de Saúde Pública do Rio Grande do Norte - SESAP
Hospital Dr. Cleodon Carlos de Andrade

405 - KM 03, BAIRRO ARIZONA, 1971 - TELEFAX (84) 3351 - 9840 - PAU DOS FERROS - RN

CNPJ: 08.241.754/0107-01 - e-mail: hospdrCleodon@rn.gov.br

RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL

Paciente: Deividus Alves Lima

Endereço: Rua Pôrto Alegre - Imbelus

Prescrição: Deividus 37.3x32.3 - Olt

Imbelus

21/08/18

José Fernando Neto

IDENTIFICAÇÃO DO COMPRADOR

NOME: _____

IDENT.: _____

ORG. EMISSOR: _____

END.: _____

CIDADE: _____ UF: _____

TELEFONE: _____

IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR

DATA: ____/____/____

Assinatura do Farmacêutico

1ª VIA - FARMÁCIA 2ª VIA - PACIENTE



ATESTADO MÉDICO

Alcides A. Baker Atesto para os fins que se fizerem necessários que _____ foi atendido (a) neste serviço médico, tendo sido liberado(a) a seguir. Devendo ficar afastado de suas atividades do trabalho por noventa (90) dias, a partir desta data.

CID-10: 8525/900 Natal (RN), 14 de agosto de 2018

D. Helder R. F. F. F.
Cirurgião de Mão
Microcirurgia
CRM - 5500

Av. Juvenal Lamartine, 979 - Fone: (84) 3133-4200 - CEP 59022-020 - Tirol - Natal/RN

Cirurgia da Mão de Natal

CIMAN

Dr. Hélio Rubens Polido Garcia – CRM 5500
cirurgia da mão - microcirurgia - artroscopia

ALCIDES ALVES DE PAIVA

Solicito:

1. Hemograma
2. Coagulograma
3. Uréia
4. Cretatinina

HD: Pré-operatório

OBS: Não há necessidade de jejum!!!!

Dr. Hélio R. Polido
Cirurgia da Mão
Microcirurgia
CRM - 5500

Dr. Hélio Garcia
CRM 5500

ORTO-SSO

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

Praça Dom Roberto Colombo, Nº 5A - Centro
Grajau - Maranhão

2ª VIA: PACIENTE

Endereço: _____

Prescrição: 12 meses cont. da

From Camp Wagon, Oct 30

Moço 30/11/1971

Dr. José Azeito Soares Lima
Ortopedia e Traumatologia
CRM - MA 3674
RQE1397

IDENTIFICAÇÃO DO COMPRADOR	IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR
Nome: _____	
Ident.: _____ Org. Emissor: _____	
Endereço: _____	
Cidade: _____ UF: _____	
Telefone: _____	
	ASSINATURA DO FARMACÊUTICO _____ DATA ____/____/____

A. G. Do Nascimento Gráfica Rua Humberto de Campos, nº 191 - Canoas - GR - RS - MA - CNPJ. 07.244.326/0001 - 27 - INSC. EST. 12.216.000-2



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Vara Única da Comarca de Marcelino Vieira
Rua Neco Nonato, S/N, Centro, MARCELINO VIEIRA - RN - CEP: 59970-000

Processo: 0800209-34.2019.8.20.5143

Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)

AUTOR: ALCIDES ALVES DE PAIVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Recebo a petição inicial e defiro a gratuidade judiciária.

Considerando o baixo índice de resolutividade de acordos, uma vez que as demandas de DPVAT resolvem-se por sua maioria por perícia judicial, deixo de aprazar audiência de conciliação por entender infrutífera neste momento, resguardando as partes o direito de requerê-la a qualquer momento do processo.

Outrossim, cite-se o requerido para apresentar contestação no prazo legal, nos termos do artigo 355 e seguintes do Código de Processo Civil vigente.

Expedientes necessários. Cumpra-se.

MARCELINO VIEIRA/RN, 26 de março de 2019

EMANUEL TELINO MONTEIRO

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)